

## ENTRE A MEMÓRIA COLETIVA E A MEMÓRIA HISTÓRICA: A PRAÇA CASTELO BRANCO COMO PATRIMÔNIO DE ITAPURANGA (GO)

### BETWEEN COLLECTIVE MEMORY AND HISTORICAL MEMORY: THE CASTELO BRANCO SQUARE AS AN HERITAGE OF ITAPURANGA (GO)

123

Marco Antônio Câmara de Sousa

Pós-Graduando do Curso de Cultura, Identidade e Região, da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Unidade Itapuranga (UEG)

[marcoano16@gmail.com](mailto:marcoano16@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-5142-962X>

Luana Nunes Martins de Lima

Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB)

[luana.lima@ueg.br](mailto:luana.lima@ueg.br)

<https://orcid.org/0000-0003-0374-0488>

---

**Resumo:** A pesquisa tem por objetivo identificar a construção de uma memória histórica em torno da principal praça pública da cidade de Itapuranga-GO, que recebeu em 1971 o nome de um dos marechais da Ditadura Militar no Brasil, sendo de interesse destacar seus usos sociais como local de manifestação política, popular e de importância coletiva, ao assumir uma dimensão simbólico-afetiva pela vivência comunitária. A literatura revista teve dois eixos centrais: o desenvolvimentismo no Brasil Central e suas relações com a Ditadura Militar no país, e estudos locais e sobre a região de Itapuranga. Além disso, foram levantados documentos a respeito da construção da praça e legislações específicas sobre os usos de suas imediações presentes em acervos bibliotecários e digitais disponibilizados pela Prefeitura de Itapuranga. As reflexões desenvolvidas demonstram que há uma narrativa oficial da história do município que fortalece os discursos difundidos durante toda Ditadura Militar no Brasil, sob um ideal de “Grande Pátria”, inserindo Itapuranga como um dos lócus do pretendido progresso. No entanto, o local é lembrado coletivamente como espaço de constante enfrentamento, usado e proferido pelos principais sujeitos históricos de Itapuranga (os trabalhadores da terra), sendo a Praça Marechal Castelo Branco o local onde ocorrem os principais eventos da cidade, em termos de representação, investimento regional, participação, solidariedade e memória coletiva.

**Palavras-chave:** Memória; Itapuranga; Patrimônio; Ditadura-Militar; Movimentos Sociais

**Abstract:** The research aims to identify the construction of a historical memory around the main public square of the city of Itapuranga-GO, which received in 1971 the name of one of the marshals of the Military Dictatorship in Brazil, being of interest to highlight its social uses as a place of political manifestation, popular and having collective importance, by assuming a symbolic-affective dimension by community experience.

### Building the way

The literature reviewed two central axes: developmentalism in Central Brazil and its relations with the Military Dictatorship in the country and local studies, and on the Itapuranga region. In addition, documents were collected regarding the construction of the square and specific legislation on the uses of its surroundings present in library and digital collections made available by the Prefecture of Itapuranga. The reflections developed show that there is an official narrative of the history of the municipality that strengthens the discourses disseminated throughout the Military Dictatorship in Brazil, under an ideal of "Great Homeland", inserting Itapuranga as a *locus* of the intended progress. However, the place is collectively remembered as a space of constant confrontation, used and given by the main historical subjects of Itapuranga the Marechal Castelo Branco Square is the place where the main events of the city take place, in terms of representation, regional investment, participation, solidarity and collective memory.

**Keywords:** Memory; Itapuranga; Patrimony; Military Dictatorship; Social Movements

---

### Considerações iniciais

Há, nos dias atuais, um debate incessante que envolve o patrimônio e suas configurações, desdobrando-se nas relações políticas, culturais e socioeconômicas, e associando-o à memória histórica e às narrativas sobre o passado (FLORÊNCIO *et. al*, 2014). O patrimônio cultural, portanto, é um campo conflituoso no qual diferentes memórias disputam o mesmo espaço.

Neste artigo, procura-se identificar a construção de uma memória histórica em torno da principal praça pública da cidade de Itapuranga (Goiás), fundada em 1971, que recebeu o nome de um dos marechais da Ditadura Militar no Brasil e articulador do Golpe de 1964, Humberto de Alencar Castello Branco. Naquela mesma década, e na posteridade, a história da Praça Marechal Castelo Branco foi marcada por diversos movimentos, entre eles, manifestações políticas e culturais, além de ser palco de inúmeros encontros da comunidade itapuranguense, boa parte desses, sendo ocultados ou esquecidos por uma história oficial da cidade.

Representações culturais e sociais de Itapuranga encontram-se, por consequência, próximo ao cotidiano de seus habitantes, dentro dos limites municipais, também de uma memória formada, a partir do contexto histórico ao qual se estabelece o patrimônio e ao qual ele é vivido. Algumas questões nortearam a condução desta pesquisa, tais como: qual foi o contexto político e cultural que envolveu a fundação e o batismo da praça? Como a praça é inserida no cotidiano da comunidade local e quais memórias ela suscita?

### Building the way

Se buscou fontes primárias para compreender inicialmente o contexto no qual a praça é construída e sob quais condições conjunturais, no Brasil e na região Centro-Oeste. Grande parte desses arquivos que regiram legalmente a praça estão presentes no site da Prefeitura Municipal de Itapuranga, em seu acervo digitalizado, disponível online<sup>1</sup>, na Biblioteca Municipal de Itapuranga e na sede administrativa do município.

125

Na busca destas respostas, é fundamental compreender as estruturas que compõem a história de Itapuranga, mas também como ela se relaciona ao contexto nacional, especificamente a partir da Ditadura Militar no Brasil, desde o Golpe de 1964, até sua destituição gradual a partir de 1979, com a Lei de Anistia, e as características que evocam esse período da História do Brasil, mesmo na atualidade.

Se tornou importante, ao mesmo tempo, a busca por materiais e pesquisas realizadas por historiadores locais e da região de Itapuranga. Professores, políticos, trabalhadores, contadores de causos e histórias foram importantes complementos durante a pesquisa. Autores no campo das Ciências Humanas e Sociais puderam colaborar, com efeito, com a história local, sob uma perspectiva das manifestações populares e de trabalhadores rurais, tais como Silva (2007), e sobre aspectos de disputa locais que envolvem espaços e confrontos políticos, ideológicos, culturais e religiosos, como visto em Costa (2012).

A bibliografia consultada também contribui para se pensar a patrimonialização de espaços públicos e privados, objetos, monumentos, prédios e manifestações culturais que fazem parte das representações itapuranguenses. A própria Praça Castelo Branco não é tombada como patrimônio material do município, apesar de ser espaço de manifestações de grande relevância, como o Domingo Cultural no último domingo do mês de maio, a Feira do Produtor Rural nas quintas-feiras, entre outras (FERRAZ; SOUZA, 2015).

Segundo Ferraz e Souza (2015, p. 53), a materialização dos patrimônios em Itapuranga é, em grande parte, contribuição de “pessoas importantes para alguns e simples para a história oficial, que se foram e não deixaram seus nomes registrados na história. Tiveram suas residências destruídas pelas ações capitalistas e junto com a destruição o esquecimento de suas memórias”.

---

<sup>1</sup> Prefeitura Municipal de Itapuranga-Goiás. Site Oficial de Acesso à Informação do Município. Disponível em: <https://acessoainformacao.itapuranga.go.gov.br>. Acesso: em 09 de janeiro de 2023.

### Building the way

Além disso, é de interesse também refletir sobre a forma de utilização desse espaço público como local de manifestação política opositora ao regime militar e como ele possui larga importância na memória coletiva do município, assumindo uma dimensão simbólico-afetiva pela vivência comunitária. Assim, entende-se como fator relevante, o tratamento sobre a identidade local e suas (re)invenções através dos movimentos sociais e culturais que marcam a localidade.

126

### **Um diálogo inicial entre a memória histórica de Goiás e a construção da identidade nacional**

Para Le Goff (1990), a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um “conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 366). Nisso, podemos dizer que ocorrem interpretações do passado que se baseiam não em “verdades absolutas”, mas em leituras do passado.

Segundo Pimenta (2014), a mitificação de um acontecimento passado se denomina como *cultura de história*, na qual se constitui no imaginário de alguns brasileiros uma certa representação romantizada, que cumpre fatores de contextualização e algum embasamento historiográfico. Tal imaginário pode ser formado por um

conjunto de atitudes e valores que se expressam em concepções, representações, conceptualizações, interdições e outras posturas, de uma determinada sociedade, em relação a um passado que pode ser considerado como coletivo. (PIMENTA et al, 2014, p. 6).

Os autores compreendem que, a consciência histórica, diferente desse modelo de “romantização”, permite a população e profissionais da área de ciências humanas entender o contexto dos acontecimentos, baseando-se em hipóteses dentro do campo histórico e em fontes que pretendem destacar o estudo do passado para compreender o presente e projetar um futuro coletivo (PIMENTA et. al., 2014). Para Rüsen, a consciência histórica, como uma categoria que se relaciona a toda forma de pensamento histórico, é “[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de

### Building the way

forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010, p. 57).

Os anos de 1930, abrem portas para pensarmos a história de Goiás, em um momento que a mescla entre o considerado “velho” e “novo”, entra em colisão, em uma perspectiva político-econômica (CHAUL, 2011). Essas nuances socioculturais ganham forças juntamente com as lutas camponesas formadas a partir da década de 1960, inclusive na região onde se insere o município de Itapuranga (SILVA, 2007), quando o Centro-Oeste brasileiro passa a receber migrantes vindos de outros estados brasileiros, como Minas Gerais e Mato Grosso (CHAUL, 2011).

Halbwachs (1990, p. 47) identifica que interferências coletivas podem afetar diretamente a maneira como interpretamos individualmente a realidade, como “cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão entre seus membros”. A memória sobre os lugares não é isolada. A memória individual sucede em uma necessidade de compreender um grupo.

Por memória coletiva, Halbwachs (1990) entende que a experiência de um grupo é contínua e mantida viva por aqueles que o compõem. Na história, essa memória deixa de interessar a um grupo posterior, que não retém mais do passado essas experiências vividas, causando uma ruptura. Esses dois grupos representam uma continuidade histórica, mas fazem parte de períodos diferentes, com interpretações de mundo diversas, tradições ímpares e perspectivas de futuro distintas. A memória histórica tem o papel crucial de lembrar esse grupo anterior, até então esquecido ou fragmentado, e formar uma narrativa histórica, para que o presente faça uma ponte importante com seu passado, o qual nunca mais retornará (HALBWACHS, 1990, p. 81-83).

Qual a correlação entre a memória coletiva e memória histórica, na perspectiva da identidade goiana? Chaul (1995) apresenta reflexões importantes relacionadas ao crescimento urbano de Goiás a partir da década de 1960. A transição das atividades auríferas para o mundo rural, e posteriormente, o advento da modernização com a expansão urbana, são eventos essenciais para a historiografia goiana e sua compreensão em relação à identidade regional (CHAUL, 1995).

No cenário goiano, conforme Chaul (1995), havia o embate discursivo entre o progresso e a decadência, entre o moderno e o atraso. Enquanto isso, a política brasileira, a partir do Estado Novo, buscava construir a ideia de nação e de identidade

### Building the way

nacional, a qual também envolvia a dicotomia entre modernidade e tradição. Esta dicotomia também conduziu os processos de constituição e seleção do patrimônio histórico e artístico nacional, o qual.

os 'discursos do patrimônio cultural', presentes em todas as modernas sociedades nacionais, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de 'identidades' e 'memórias'. (GONÇALVES, 2007, p. 141).

A “identidade goiana” está atrelada ao contexto em que, no plano político-ideológico, se forjava a “identidade nacional”. Enquanto na escala da nação se buscava elementos sínteses para construir discursivamente uma narrativa nacional, um sentimento de identificação com o todo da nação, em Goiás nosso “ideal” de região fora construído substancialmente pela inserção na modernidade e ruptura com o atraso do “sertão”. Em ambas escalas, houve a influência advinda de inúmeros fatores - culturais, políticos, étnicos, religiosos e por diversos atores, sejam eles afrodescendentes, indígenas, europeus, migrantes de outras regiões etc. Contudo, os monumentos levantados, os bens patrimonializados, monumentos, logradouros de ruas, avenidas e praças e outros elementos de perpetuação da memória histórica, se concentravam em apenas uma perspectiva, não a das camadas populares e de comunidades presentes nesse processo<sup>2</sup>, mas a perspectiva nacionalista que visava inculcar a “identidade nacional” e o sentido de unidade. Para Lima (2017, p. 196):

Em tese, produziu-se um discurso dentro de um universo simbólico, o qual se tornou objeto da ação política e assumiu a função de construir uma representação da nação que propiciasse um sentimento comum de pertencimento, como reforço da identidade nacional. O patrimônio era o recurso menos suspeito para garantir a cumplicidade social em relação ao que era digno de preservação.

A criação da nacionalidade brasileira é um marco em sua historiografia. Parte de uma perspectiva de identificar documentações oficiais, tendo fins, como apontados por Wehling (2001), que visavam, segundo o Estado, o esclarecimento científico à população em relação à formação da nação brasileira; à uma cultura

---

<sup>2</sup> Na busca continuada aos redutos de uma brasilidade perdida, “parece-nos que a mesma ainda não foi encontrada. Repetidamente, esquece-se de que todas as cidades e sua arte são produtos das fortunas e dos infortúnios de suas civilizações” (COSTA; SUZUKI, 2012, p. 9).

### **Building the way**

literária construída; um posicionamento referente às relações sociais e políticas conduzidas nos territórios nacionais; um funcionalismo que fosse positivo ao crescimento do Estado; e, por fim, o aperfeiçoamento das eleições a cargos políticos, como prefeitos e vereadores (WEHLING, 2001, p. 156).

Obstinada a atender os anseios do processo civilizatório, a historiografia goiana percebeu as atividades auríferas e agropastoris como legados de suma relevância para tratar das goianidades, dentro e fora da academia. Contudo, relembramos o papel fundamental orquestrado por historiadores goianos, rediscutindo conceitos, desconstruindo estereótipos e desenvolvendo reflexões que hoje são parte da fundação não apenas historiográfica, mas científica como um todo, daquilo que entendemos como história de Goiás.

### **Praça Castelo Branco: Representações do poder e espaço em disputa**

A problemática tratada durante a pesquisa está relacionada, principalmente, à análise do patrimônio público da Praça Castelo Branco, o qual, historicamente, buscou atender a interesses da classe dominante, sobretudo em torno das características coronelistas e fundadoras do território goiano, no campo social e político, ao entender o espaço também como constituinte de objetos e representações construídas durante e após a Ditadura Militar.

Observa-se a construção de um imaginário em torno da praça central, a partir de perspectivas sociopolíticas e de poder que buscam identificar a região à ideia de um Brasil Moderno. Ao mesmo tempo, esse espaço público, apresenta-se e é apropriado também como local de manifestações populares (sejam elas políticas, culturais ou religiosas), festas locais, feiras, exposições e lugar de recreação, tendo em vista seu papel social como praça.

Essa dialética faz emergir a indagação: Por que a principal praça pública de Itapuranga leva o nome e homenageia com um monumento um ex-ditador brasileiro? E ainda: Como exatamente é constituída a memória coletiva frente a essa e outras contradições?

A cultura sendo “força motriz, a causa que dá vida à alma nacional com a difusão de ideias, sentimentos e aspirações – faz perpetuar conquistas obtidas,

### Building the way

preserva bens adquiridos, protege e amplia o patrimônio acumulado historicamente” (COSTA; SUZUKI, 2012, p. 8).

Em Itapuranga, o primeiro Departamento de Educação, Cultura e Assistência Social da cidade, submetido ao Gabinete do Executivo, teve como diretrizes “desenvolver, orientar, planejar e erradicar a política educacional, cultural e assistencial do Governo Municipal, nos moldes da presente lei e legislação posteriores específicas” (ITAPURANGA, 1972), nas buscas por mediar tais políticas à sua formação.

Historicamente, Itapuranga é um município com inúmeras manifestações populares, que advém principalmente do campo, sendo elas pautadas por posicionamentos políticos, sociais, econômicos, educacionais (SILVA, 2007). O desenvolvimento econômico e urbano do município, se dará ainda em conjunturas conflituosas, que se inserem nas disputas entre o “antigo” e o “moderno”.

É fundamental, nesse caminho, compreender os resquícios implantados e mantidos pela Ditadura Militar no Brasil, de 1964 a 1985. Feridas enormes tiveram origem nesse período, o qual foi consolidado por camadas ainda conservadoras da sociedade e das classes dominantes brasileiras, que se espelhavam em modelos ainda coloniais, com requintes “modernizantes” (NAPOLITANO, 2014).

Hoje em dia, nenhum historiador, não importa suas simpatias ideológicas, duvida que o regime militar foi um regime conservador de direita [...] em linhas gerais, essa tradição de pensamento tinha uma vocação modernizadora que nem sempre se conciliava com outros grupos historicamente conservadores, como os católicos e as oligarquias liberais (NAPOLITANO, 2014, p. 492).

Vale dizer que, em muitos aspectos, o regime militar é considerado um movimento de modernização conservadora materializado no espaço público das cidades. Na observação do espaço físico da praça Castelo Branco, os ideais de modernidade estão expressos na arquitetura, a exemplo do prédio da prefeitura, cuja monumentalidade dos arcos fazem lembrar os traços da arquitetura moderna, presente em obras de Oscar Niemeyer, como o Palácio do Itamaraty, o Palácio da Alvorada, o Supremo Tribunal e outras edificações localizadas no Eixo Monumental em Brasília, obras símbolos da modernidade.

O chafariz também reforça o sentido da modernidade na arquitetura e urbanismo. Conforme Tângari (2005), o chafariz foi um elemento adotado no

### Building the way

paisagismo urbano a partir da Revolução Industrial, não mais como fonte de abastecimento de água, mas como forma de compensar, por meio da exaltação do “natural” e do “bucólico”, o rápido crescimento industrial e espacial das capitais europeias<sup>3</sup>, o que também foi reproduzido nas cidades brasileiras posteriormente.

Outro elemento arquitetônico que chama a atenção na praça é o palco edificado, o que sugere a criação de um espaço para comunicação das autoridades políticas com o público. Afinal, o contexto de sua fundação foi marcado por eventos políticos em que os discursos de “desenvolvimento” e “progresso” eram a tônica.

Provavelmente, um dos documentos que mais possibilitam compreender como a Praça Castelo Branco passa a ser planejada e constituída como centralidade do poder executivo e administrativo da cidade, como demonstrado por Costa (2012), se apresenta na Lei N° 338 de 14 de abril de 1972, “que define destinação de lotes nas imediações da praça, autoriza desapropriação e aquisição, autoriza abertura de crédito especial e dá outras providências” (ITAPURANGA, 1972).

Art. 1° - Os lotes urbanos situados nas ruas 47, 47-A, 48 e 50 no trecho compreendido pela Praça Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco ficam sujeitos, a partir da vigência desta lei, à seguintes restrições de uso:

a) Somente poderão ser edificadas construções para fins comerciais ou residenciais.

[...]

Art. 3° - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar ou adquirir áreas urbanas, com suas respectivas edificações, se for o caso, necessário para a abertura da avenida que dá acesso da Praça Marechal Humberto Castelo Branco à futura Estação Rodoviária [...]

Art. 4° - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a desapropriar ou adquirir áreas urbanas com suas edificações, necessárias a construção da Estação Rodoviária do Município, já autorizada pela Câmara Municipal (ITAPURANGA, 1972).

Em uma perspectiva desenvolvimentista, o prefeito da época, Warner Carlos Prestes buscou reafirmar o caráter político-econômico de Itapuranga, em consonância com o “milagre econômico”. Na lei supracitada, o entorno da praça foi destinado não somente à moradia, mas também, ao comércio privado local. Com isso,

---

<sup>3</sup> A proliferação dos parques, a sofisticação no seu equipamento e programação, a diversificação do plantio vegetal, a incorporação da estética oriental e a frequência assídua dos moradores de classes de renda mais alta foram aspectos que transformaram os parques ingleses e franceses no padrão de projeto para uma série de espaços públicos implantados também nas Américas” (TÂNGARI, 2005, p. 7).

### Building the way

a placa que inaugura a Estação Rodoviária evidencia a “Grande Itapuranga”. Assim, ressalta-se o projeto reservado ao “impulsioneamento histórico” do município, oferecido pelo chefe do executivo à época, em combate àquilo que era visto como “atraso”, estigma que rondava a região conhecida como “Xixazão” (COSTA, 2012).

As nomenclaturas no espaço urbano implicaram uma disputa pela memória, evidenciada no contexto de fundação tanto da Praça Castelo Branco, quanto da Praça do Lavrador<sup>4</sup>, na qual se encontra a rodoviária do município atualmente. Isso demonstra que, naquele momento, carregado pelas contradições, o então prefeito tentou nivelar os discursos e as representatividades político-econômicas, ao tentar aproximar os trabalhadores rurais à cidade (COSTA, 2012).

Para além das nomenclaturas, faz-se necessário a análise dos usos sociais das referidas praças. É possível observar nas imagens abaixo a presença de uma placa direcionada, tanto aos habitantes da cidade, como aos moradores da zona rural. Ela explicita a dicotomia urbano *versus* rural, novamente, trazida dentro da Praça do Lavrador. Esta “cumpr[e] a função de pacificar uma memória do embate entre o poder público e os sujeitos que estavam se organizando pelos seus direitos” (COSTA, 2012, p. 103). As imagens também revelam a presença do comércio varejista com forte nicho voltado para insumos agrícolas no entorno e alguns usos da Praça do Lavrador que, além de abrigar a Estação Rodoviária, inclui estacionamento exclusivo para carroceiros e pontos de vendedores ambulantes, que também são agricultores da região.

---

<sup>4</sup> Lei Ordinária nº 327, de 13 de dezembro de 1971, que nomeia a Praça do Lavrador e Praça 13 de Novembro em seus respectivos logradouros.

**Building the way****Figura 1: Fotografias da Praça do Lavrador (Itapuranga)**

Fonte: o autor (2022).

Nos dizeres presentes na estátua em homenagem a Castelo Branco, na praça central da cidade, podemos encontrar:

No sesquicentenário da independência, o povo de Itapuranga, no mesmo sentimento de orgulho nacional pela pátria comum, com carinho especial, quer homenagear o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, primeiro presidente da revolução, que abriu caminhos para construção de uma nova pátria restabelecendo a moralidade pública, fortalecendo os municípios e integrando o homem brasileiro à jornada comum pelo desenvolvimento. Com esta obra, a Prefeitura Municipal mostra que Itapuranga é também BRASIL GRANDE. Placa de homenagem à Castelo Branco, Itapuranga, 1972 (grifo nosso).

É evidente a prevalência dessa narrativa dominante nas fontes encontradas, o que esclarece e integra um papel centralizador na produção da memória da nação, e afeta assim, os locais. A partir dos pressupostos apresentados

### **Building the way**

por Costa (2012), é possível o reconhecimento do espaço da Praça Castelo Branco, para além de sua dimensão de local público, a partir de uma leitura da ideologia que tem como cerne a “modernidade” e o “crescimento econômico”, representada nos espaços públicos.

Essencialmente, foi interessante observar, após as leituras, as rupturas materiais existentes entre as duas praças (Castelo Branco e Lavrador), ao passo em que ambas se constituem como locais onde se realizam os mais diferentes usos sociais, mas também carregam elementos de bases ideológicas fortes. Assim, coube observar atentamente os monumentos constituídos nesses espaços, tanto a placa em homenagem aos lavradores, como também o busto de Castelo Branco. Este último, em uma pequena cidade não é um monumento aleatório desprovido de intencionalidade, mas impregnado de um sentido nacionalista.

É possível constatar assim, uma ideologia espacial: “o interior do Brasil passa a ser visto como marco da identidade necessária à nação, *locus* do enraizamento da vida colonial a ser desgarrada e recapitulada no presente” (COSTA; SUZUKI, 2012, p. 8). De fato, produz-se nessa perspectiva, uma identidade fragmentada, que busca enaltecer símbolos nacionais e, principalmente, que abrangem a classe dominante, destacados como heróis ou conquistadores, fruto ainda do processo civilizatório implementado no interior brasileiro (COSTA; SUZUKI, 2012).

### **Representações do campesinato, das lutas e resistências sociais: o patrimônio como experiência no cotidiano da praça**

Com a força das lutas camponesas formadas no início da década de 1960, inclusive na região de Itapuranga, que tomam forma quando o Centro-Oeste brasileiro recebe grande quantidade de migrantes, os espaços de poder, divididos na cidade, começam a se enfrentar. Costa (2012) nos atenta sobre detalhes da cidade de Itapuranga, que envolve sua construção a partir de dois epicentros principais: o “Xixazão”, o “antigo” e o “Xixazinho”, o “novo”.

Advindas do coronelismo goiano protagonizado pela família Caiado, as representações do território de Itapuranga já eram conflituosas, a partir da tomada de

### Building the way

posse da terra Fazenda Córrego da Onça<sup>5</sup>. Assim como os conflitos de interesses aconteciam em relação às propriedades, esses também emergiram no campo sociopolítico. Movimentos sociais em Itapuranga aconteciam intensamente, até a década de 1990.

Isso se opunha diretamente à condição econômica à qual a nação estava submetida durante a Ditadura Militar, cujo caráter era desenvolvimentista e militar. Assim, “o papel desempenhado pelo sindicato nas lutas e reivindicações populares por direito trabalhista, saúde, dentre outras, é compreender como se travou uma luta em Goiás, que culminaria na formação da Oposição Sindical” (COSTA, 2012, p. 103).

Com a entrada do Brasil no chamado “milagre econômico”, a partir de 1969, a prevalência de um discurso relacionado ao grande capital do Brasil era imensa, e atingia a vários setores da sociedade<sup>6</sup>. Até o final da década de 1970 no país, havia uma clara desestruturação do pleno emprego, inflação alta e concentração de renda naqueles que governavam, sobretudo entre militares (NAPOLITANO, 2014).

Isso não implica que a eventual conexão orgânica das várias políticas tenha sido percebida como tal pela sociedade civil. Para empresários, consumidores de classe média, trabalhadores em geral, a maior ou menor adesão política ao regime militar esteve sempre ligada à percepção dos efeitos da política econômica sobre o cotidiano dos negócios, do consumo e da sobrevivência (NAPOLITANO, 2014, p. 216).

Identifica-se a partir disso, mudanças ocorridas na percepção econômica e social no município, com o rigor estabelecido legalmente e socioeconomicamente, a partir de uma correlação entre o contexto nacional e os espaços de vivência locais. Halbwachs (1990) trata sobre a memória ligada intimamente a grupos sociais, a qual necessita do meio social para ser lembrada. Essa construção da memória local, portanto, apesar de ser gerada pela classe dominante na região, com interesses primordialmente econômicos, visa também um ponto de ruptura com a memória

---

<sup>5</sup> “No final da década de 1960, o fazendeiro Aureliano José Caiado se colocava como herdeiro de uma terra de 167 alqueires, conhecida como região do Córrego da Onça, que era ocupada por mais de 40 famílias, sendo que algumas dessas já viviam ali a pelo menos 30 anos. O processo da tentativa de posse das terras pela família Caiado durou contra as famílias de 1973 a 1980” (SILVA, 2007, p. 15).

<sup>6</sup> “A divisão regional do trabalho, no Brasil, após a década de 1950, se perfaz em um mercado nacional redimensionado, baseado na intervenção estatal e na perspectiva de um planejamento para a modernização; só nesse momento, com a significativa urbanização e implantação de sistemas de engenharia mais vultosos no território nacional, é que a ideia de povo ganha espaço no debate sobre a identidade brasileira” (COSTA; SUZUKI, 2012, p. 6).

### Building the way

obscurantista do regime militar na região, entre as classes populares, visto que essas já se organizavam em oposição.

Observa-se, primeiramente, a constituição da praça central como espaço cultural, de recreação e de movimentação comercial, em 1970, quando a Festa da Produção é instituída pela Lei nº 276, de 22 de junho. Em 1971, a Lei nº 321 de 08 de novembro daquele ano, institui o nome Praça Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco a um novo local, o qual situa-se em frente ao prédio da Prefeitura Municipal de Itapuranga:

A Câmara Municipal de Itapuranga, Estado de Goiás, decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei: art. 1º - Fica denominado Praça Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco o logradouro público situado na confluência das ruas 48, 50, 47 e 47-A "P" nesta cidade (ITAPURANGA, 1971).

A homenagem póstuma ao nomear a praça em forma de lei monumentaliza e fortalece o discurso do patrimônio histórico, refletido no contexto de Ditadura Militar, ao passo que negligencia a população residente, bem como sua heterogeneidade de histórias e memórias, posto que na “narrativa monumentalista a relação com a realidade contemporânea, cotidiana, é bastante restrita. Valorizando o passado e a tradição, em detrimento do presente e da experiência, ela estabelece com o cotidiano relações fortemente policiadas” (GONÇALVES, 2007, p. 153).

Gonçalves (2007, p. 142) salienta que “os discursos do patrimônio se articulam enquanto narrativas, nas quais se relata a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, os lugares e os objetos que ‘testemunharam’ esses acontecimentos”, representados através do patrimônio. Ainda conforme o autor, o patrimônio não existe naturalmente, mas passa a existir ao ser classificado como tal nos discursos.

Nisso, o discurso político, quando se estabelece no de 1972 um monumento em homenagem ao Marechal Castelo Branco, utilizando-se do Golpe de 1964, como aspecto “revolucionário”, exaltando o então “milagre econômico” (NAPOLITANO, 2014), em conformidade com o desenvolvimento dos municípios e ainda com o jargão “Itapuranga é também Brasil Grande”, reflete o posicionamento de uma ótica nacional, subjugando a lógica da política e da economia local a um projeto

### Building the way

maior de nação (COSTA, 2012). A figura 2 registra a inauguração deste evento, e as figuras 3 e 4 dão destaque ao monumento.

**Figura 2: Inauguração do monumento em homenagem ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco em 1972 (Itapuranga – GO)**



Fonte: AMAX (Perfil do Facebook – Amax Xixazão).

**Figuras 3 e 4: Estátua ao Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, frente a Prefeitura Municipal de Itapuranga (GO)**



Fonte: o autor (2022).

### Building the way

A principal praça da cidade é pensada, nesse sentido, como referência ao poder público de Itapuranga. Como apresenta Costa (2012, p. 90), não somente o prédio da Prefeitura, mas também a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, o Posto de Saúde Central, a sede da AGENFA, a agência do IPASGO e nas proximidades, a sede do Vapt Vupt, que leva o nome Júnior Bento, referente a um ex-político da cidade, estão situadas nas imediações e nas ruas principais que dão acesso à Praça Castelo Branco.

Contudo, a mesma praça se configura como espaço de manifestações, tanto de arbitrariedade da Ditadura Militar, como também de resistência sociopolítica, contra a opressão do período. Como apresenta Silva (2007), na década de 1980, diversos movimentos de luta dos trabalhadores rurais de Itapuranga se reuniram inúmeras vezes em frente à Prefeitura Municipal, ocupando vários desses espaços, inclusive da Praça Castelo Branco.

Passeatas aconteciam nas ruas da cidade, nos distritos e encontros eram feitos em frente à Prefeitura, sendo um dos pontos de encontro a praça central. Frases como “a terra é de quem trabalha nela”<sup>7</sup> eram exibidos entre posseiros, que disputavam a fazenda: “serviam para demonstrar que queriam a terra para cultivá-la, produzir a vida, e não para a acumulação de riquezas” (SILVA, 2007, p. 87).

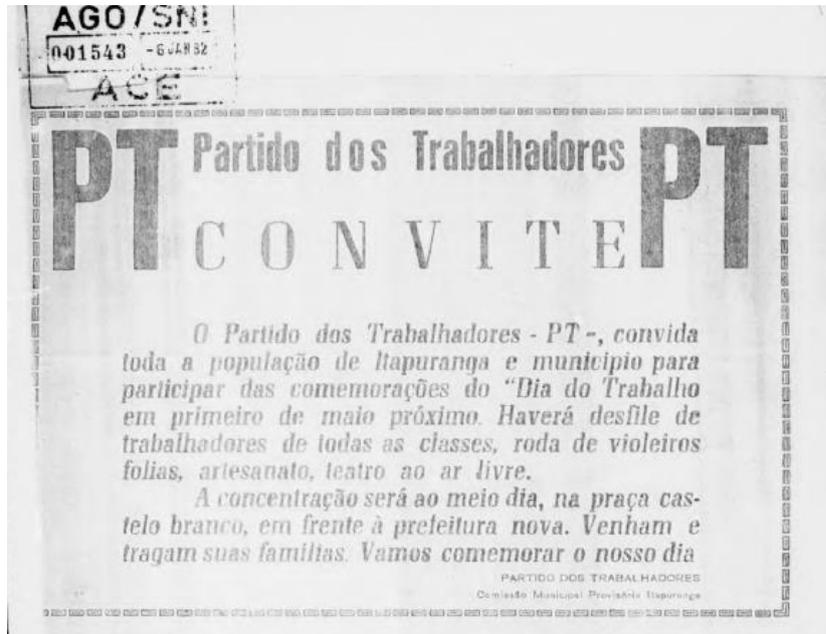
O mesmo local fora utilizado durante o contexto de “abertura política” ainda na Ditadura Militar, a partir de 1979, com mobilizações para criação do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo referências às resistências do campesinato, ligados à Igreja Católica, a Dom Tomás Balduino e aos professores da região de Itapuranga, perseguidos pela “subversão” em relação ao regime militar (SILVA, 2007). O próprio partido no município, criado em 1981, apropria-se ainda na década de 1980 desse espaço, como local de atuação política e disputa em oposição ao regime militar.

---

<sup>7</sup> Documentos apresentados na tese de Silva (2007) demonstram imagens e recortes de jornais, nas quais a população Itapuranguense organizavam-se ativamente, além da reivindicação pela posse de terras (SILVA, 2007).

**Building the way**

**Figura 5: Convite do Partido dos Trabalhadores (PT), no dia 01 de maio de 1981, à população de Itapuranga para um encontro de confraternização na Praça Castelo Branco**



**Fonte:** Arquivo Nacional.

Nesse sentido, procurar pelas memórias embutidas na praça, apesar de sua expressa referência às autoridades de poder político e econômico à época que foi fundada, permite compreender como a praça se coloca como um espaço público de luta, resistência e manifestações culturais e populares. Assim, “como lugar de vivências, de aprendizado do fazer político é também perseguir os caminhos por onde essa história particular procurou trilhar nos rumos da história nacional” (COSTA, 2012, p. 97).

Para Gonçalves (2007, p. 153), a narrativa do patrimônio, definido em termos monumentais, tem a função de criar entre os cidadãos um sentimento de “tradição” e “pertencimento”, que garante aos mesmos a identificação com sua realidade presente e histórica. Por remeter à ideia de herança, propriedade e pertencimento, espera-se que os patrimônios sejam capazes de representar uma coletividade, porém é comum que, mesmo sendo classificados como tal, eles não consigam encontrar respaldo ou reconhecimento pelos setores da população. Isto evidencia que a constituição de um patrimônio não depende apenas de uma vontade política, ou da ação de grupos ou indivíduos. Segundo Gonçalves (2007), é necessário que o patrimônio tenha “ressonância” junto àqueles a quem ele deve representar:

### Building the way

[...] Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GREENBLATT, 1991, p. 42-56, grifo do autor, *apud* GONÇALVES, 2007, p. 215).

Patrimonializar, portanto, é um ato político, que reverbera principalmente a ideologia dominante do passado e do presente. Sem “ressonância” não existe, de fato, um patrimônio. Apesar da nomenclatura da praça central e do monumento de homenagem póstuma fixado, a praça dispõe de elementos e sedia eventos que atingem também o popular, seja durante a luta e mobilização social, como também espaços culturais, durante a década de 1970 até os dias atuais.

Embora a construção de uma memória social ainda permaneça ligada às constituições da ideologia dominante, seja nos conflitos locais ou nacionais, visto que o espaço e suas representações são moldados em mitigação da classe trabalhadora e de suas conquistas (LACOSTE, 2005), é interessante como a Praça Castelo Branco de Itapuranga viabiliza espaços de representações não somente políticas-econômicas, mas principalmente culturais.

O enfrentamento entre diferentes classes fica evidente na toponímica adotada para classificação das praças. Em uma delas, localizada próxima a região central, encontra-se uma homenagem aos trabalhadores da região, em convergência com as características históricas locais, de luta trabalhista e de mobilização em oposição à ditadura militar e as repressões conjunturais de cada período.

O professor Edson Batista da Silva, em uma palestra no dia 14 de junho de 2017, na UEG, Campus Itapuranga, expressa de maneira singela as permanências da ruralidade ainda existente na cidade de Itapuranga manifestadas no cotidiano da Praça Castelo Branco. Mesmo em conflitos, seja pela nomenclatura ou pelas representações político-econômicos de sua construção, a praça ainda se coloca como espaço de coletividade e solidariedade:

Todas quintas-feiras, de toda semana, de todo mês eles chegam, recipientes cheios de abóbora, mandioca, alface, tomate, mexerica. Outros trazem ovos, quitandas, queijo, polpas, doces. Outros tantos trazem gueroba, milho verde, abacate, cheiro verde. Ajeitam as barracas, dispõe seus produtos, esperam chegar às 5 horas para o apito de autorização para comercialização. Trabalho e saber acumulado, suor do dia-a-dia. Eles viram as criações e plantações nascerem, crescerem e chegarem no ponto da venda. Para isso teve

a lua, a hora certa de plantar, carpir, apartar. O ponto do doce, do bolo, da farinha, do polvilho.

Também teve a capadura do porco, da porca, do animal de lida. Ali estão mercadorias, produto de saberes invisibilizados, desconhecidos, não comprovados nos laboratórios de Havard. A despeito disso, eles rendem sabores a culinária goiana, tem a carne de porco caipira, o quiabo, o milho verde para fazer o angu, o milho cozido, a pamonha, tem a carne de frango, de galinha caipira. O sol já está baixo como se diz no campo. A rua não é ocupada apenas por transeuntes que vagam a ermo. O senhor na sua velha “Monark” de guerra, o professor que sai da escola, o médico que fechou o consultório, a atendente da loja de eletrodomésticos, de materiais de construção, de roupas se desloca para um único ponto, “A FEIRA”.

Como ninguém come apenas soja e cana todo dia, mesmo que sejam culturas agrícolas necessárias, a feira é o lugar de satisfazer uma necessidade natural do homem e da mulher não produzidas pelo agronegócio monocultor, mas pelos homens e mulheres do campo. Lá está a comida, o alimento produzido pelos agricultores. Rostos queimados pelo sol, mãos marcadas pelo trabalho cotidiano na terra e com a terra, solícitos a vender o que produziram. É preciso ganhar a vida. Os sons se espalham, gargalhadas, galhofas, risadas. Os sujeitos da oralidade, pouco afeitos a quem não dá um bom dia, boa tarde, boa noite estão no urbano. Reocupam a praça “CASTELO BRANCO”, dão outro sentido a um espaço que não tem sentido nenhum de ter este nome, apenas de reafirmar a importância de ditadores e não de homens do povo, construtores desta cidade do Centro-Goiano. Vendem e encontram velhos amigos do campo e da cidade, atualizam os assuntos da vida custosa do dia-a-dia; os políticos que roubam, as empresas que exploram, a natureza que muda.

Na prosa adiantam: - Você já viu prefeito, governador e presidente pobre. – Não, pobres somos nós, mas com saúde graças a Deus. A conversa continua: - Por quanto você está vendendo seu leite? – barato, muito barato. E a carne: - Vixe, essa caiu demais, mas no açougue continua o mesmo preço, você viu? - Conversam sobre o sol mais quente, a água mais escassa, a chuva pouca, as doenças que aumentam. Os fregueses pechincham, especulam o preço, negociam o valor do alimento. Mas também proseiam sobre a vida. São convidados para um café, um almoço. No campo se conversa e come, come e conversa. A linguagem está na fala e na comida. A feira, ah... a feira em Itapuranga e em todos lugares é espaço de trocas para além da mercadoria.

Mas a comida ali é importante. Comida que deveria ser preocupação de quem também está no urbano, a diminuição dos camponeses representa sua diminuição em quantidade e diversidade. Até onde eu sei, ainda não vi máquinas sozinhas, vagando como robôs, produzindo arroz, feijão, alface, carne, doce. São sujeitos de carne e osso, com seu trabalho e de sua família que colocam na sua mesa. Cuidam com esmero e cuidado das plantações e criações para você comer.

### Building the way

(Edson Batista da Silva. Palestra proferida na Mesa Redonda: “Por que os camponeses(as) são importantes? Leituras multidimensionais do campo latino-americano”. UEG Campus Itapuranga, 2017).

**Figura 6: Registro da Feira do Produtor Rural, na Praça Castelo Branco. Detalhe acima, à esquerda, para a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STTRI)**



**Fonte:** Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAG), junho de 2018.

O texto proferido realça ainda mais a importância da agricultura familiar da região que, composta por mais de 1.000 domicílios no campo (SILVA; SUGIZAKI, 2020), atinge verdadeiramente o cotidiano cultural, social, econômico, linguístico e patrimonial do município de Itapuranga. Às quintas-feiras<sup>8</sup> são marcadas pela contradição inerente à formação do espaço urbano e a permanência do rural, como destacado anteriormente, mas acima de tudo, lança luz à materialidade da luta de trabalhadores e camponeses como sujeitos ativos da história e da memória local.

Os domingos também estão sempre agitados na Praça Castelo Branco. Além de ser um local de encontros no período noturno, após as missas e os cultos das igrejas próximas, o último domingo do mês de maio possui um evento especial que reúne cantores e poetas populares, rendeiras, pintores e os artesãos que expõem

<sup>8</sup> Em 14 de setembro de 2020, pela Lei Municipal nº 2.110, a Feira dos Produtores Rurais Sócios das Associações Rurais de Itapuranga, foi declarada patrimônio cultural imaterial do município. Curiosamente, o texto destaca como bem “imaterial” bens, comércio, as atividades econômicas, a culinária, o domínio da vida social, o que entra em contradição direta com a forma como as Ciências Humanas compreendem os conceitos “material e imaterial” (ITAPURANGA, 2020); (PACHECO, 2017).

### Building the way

suas obras na praça pública, um evento que congrega tradições culturais, relações sociais e comerciais da cidade, desde o final da década de 1990.

Em 2018, na 30ª edição do Domingo Cultural, esteve evidente na fala dos representantes daquele ano como o evento evidencia a riqueza e a diversidade goiana, em suas inúmeras representações. A então primeira-dama, Margarete Soares, proferiu em discurso: “A praça Castelo Branco é de vocês e o Domingo Cultural é de todos nós” (RICARDO, 2018). O presidente da Câmara dos Vereadores naquele mesmo ano, Antônio Avelino, direcionou seu discurso na luta da população pela preservação da memória e da cultura no município ao dizer: “(...) esse é o evento que a população de Itapuranga aprendeu a amar, a gostar, transformando em uma tradição, onde se vê um domingo com a praça repleta com a população” (RICARDO, 2018).

**Figura 7: À esquerda, temos alguns registros do Domingo Cultural, realizado em maio de 2019. À direita, fotos do evento em maio de 2022**



**Fontes:** Ueslei Ferreira de Jesus – arquivo pessoal (2019); Kaio de Oliveira – arquivo pessoal (2022).

É importante enfatizar que esses discursos também podem conter interesses, no que diz respeito a uma cadeia produtiva mercadológica. No entanto, esse evento tradicional na região do Vale do São Patrício tornou-se parte de um bem coletivo para milhares de outras pessoas, que além de consumir, interagem, produzem, revisitam, criam a história e o patrimônio local, através de suas lutas e da apropriação desses espaços públicos.

## Considerações finais

A Praça Castelo Branco de Itapuranga, recebe elementos de uma narrativa dominante, a qual fortalece os discursos ainda revisitados durante toda a Ditadura Militar no Brasil, sob um ideal de “Grande Pátria”, “Grande Itapuranga”. Tais ideais fazem parte da óptica dos “grandes líderes”, ainda proferidos pela História Oficial. Mas o que se observa no cotidiano da praça é que a homenagem permanece quase invisível, pois a memória coletiva da população remonta aspectos culturais, sociais, de história local, de luta de classes, de comunidade e amistosidade.

As memórias das disputas relacionadas aos espaços de Itapuranga sempre foram resgatadas nos âmbitos íntimos e públicos da população, ao entoar, por exemplo, o “enfrentamento” entre o lado “velho” e o lado “novo” da cidade. O antagonismo entre “Xixazão” e “Xixazinho” fez e faz parte de uma memória ainda presente entre os habitantes, mesmo entre aqueles que não vivenciaram a consolidação do município, nas suas diversas lutas. É curioso perceber como essas dicotomias, também presentes no olhar histórico, são manifestadas nos enfrentamentos políticos, socioeconômicos, culturais e patrimoniais da região.

O destaque aos patrimônios itapuranguenses, especialmente àqueles que evocam mobilidade dos partícipes – seja ela rural, urbana, cultural, econômica – como o Domingo Cultural, a Feira do Produtor e os encontros aos fins de semana, entre amigos e familiares, ocorrem em um espaço que provoca ainda indagações. Por reviver um passado ligado ao desenvolvimentismo militar e aos interesses do poder executivo local, o local é lembrado como espaço de constante enfrentamento, usado e proferido pelos principais sujeitos históricos de Itapuranga: os trabalhadores da terra.

Apesar de permanecerem rememorados em um espaço de grande importância e mobilidade urbana e comercial, que é a Praça do Lavrador, o maior uso social e tempo de permanência desses sujeitos são observados entre os “antigos guardiões” do Golpe de 1964 e suas manutenções. É na Praça Marechal Castelo Branco onde ocorrem os principais eventos da cidade, em termos de representação, dimensão, investimento regional, participação e solidariedade coletiva. Vemos que, não somente o ato de “ir a feira”, mas sim de “construir e manter viva a feira”, é fazer

### Building the way

com que a memória coletiva dos itapuranguenses se sobressaia diante da memória histórica que se buscou instituir e dar relevo.

## REFERÊNCIAS

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em:

<https://caph.fflch.usp.br/node/4903#:~:text=O%20estudo%2C%20que%20se%20inicia,longas%20décadas%20para%20identificar%20Goiás>. Acesso em: 20 out. 2022.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. A identidade cultural do Goiano. **Ciência e Cultura**, [S.L.], v. 63, n. 3, p. 42-43, jul. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/s0009-67252011000300016>. Acesso em 02 de outubro de 2022.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio César. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** [En línea], Universidad de Barcelona, Barcelona, v. XVI, n. 418 (6), 1 nov. 2012. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2022. ISSN: 1138-9788.

COSTA, Ismar da Silva. **Guerra simbólica na fronteira: religião e política em Itapuranga-GO (1950-2000)**. 218 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FERRAZ, Luiza Maria de Oliveira; SOUZA, Maria de Fátima Lemes de. **Museu da UEG- Estudo da memória e patrimônio materializado em Itapuranga-GO**. 2015. 90 fl. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás - UEG - Campus Itapuranga, Itapuranga-GO, 2015.

FLORÊNCIO, S. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em 10 de outubro de 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

ITAPURANGA. **Legislação Municipal de Itapuranga**. Prefeitura de Itapuranga. Itapuranga, 1954-presente. Disponível em: <https://acessoainformacao.itapuranga.go.gov.br/legislacao/leis>. Acesso em 20 de julho de 2022.

**Building the way**

LACOSTE, Yves. **A geografia-isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papyrus, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Luana Nunes Martins de. **Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência.** 394 fls. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. **História Unicap: Ensino de História, Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 7, 2017, p. 5-14. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6179028>. Acesso em 10 de julho de 2022.

PIMENTA, João Paulo; ATTI, César Augusto; CASTRO, Sheila Virgínia; DIMAMBRO, Nadiesda; LANNA, Beatriz Duarte; PUPO, Marina; VIEIRA, Luís Otávio. A Independência e uma cultura de história no Brasil. **Almanack**, v. 8, p. 5-36, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320140801>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

RICARDO, Ferdinando. **30º Domingo Cultural enriquece tradição em Itapuranga.** 2018. Disponível em: <https://www.folhadeceres.com/noticia/2367-30-domingo-cultural-enriquece-tradicao-em-itapuranga>. Acesso em: 28 jan. 2023.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

SILVA, Valtuir Moreira da. **Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga: (re)invenção no cotidiano de suas experiências de luta - 1956-1990.** 2007. 204 f. Tese (Doutorado) - História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6585>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, Valtuir Moreira da; SUGIZAKI, Eduardo. A desconhecida produção contemporânea da agricultura familiar em Goiás. **Expedições: Teoria da História e Historiografia, Morrinhos**, v. 11, p. 1-19, 13 out. 2020. Disponível em: [https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/10913](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/10913). Acesso em: 26 jan. 2023.

TÂNGARI, Vera Regina. Espaços livres públicos como espaços museográficos. In Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [https://prolugar.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/10/Espacos\\_livres\\_publicos\\_como\\_espacos\\_museograficos.pdf](https://prolugar.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/10/Espacos_livres_publicos_como_espacos_museograficos.pdf). Acesso em 20 jan. de 2023.

**Building the way**

WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.